

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E DA AMAZÔNIA
REQUERIMENTO Nº , de 2015
(Do Sr. Arnaldo Jordy)**

*Requer a realização de Audiência Pública na
Comissão de Integração Nacional,
Desenvolvimento Regional e da Amazônia
para debater o alto custo da tarifa de energia
elétrica praticado pela CELPA, no Estado do
Pará.*

Senhores Deputados,

Requeiro, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para debater o elevado custo da tarifa de energia elétrica praticada pela CELPA, no Estado do Pará.

Nesse sentido, solicito que sejam convidados representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- Grupo CELPA Equatorial;
- Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- Ministério de Minas e Energia;
- Ministério Público Federal no Pará;
- Ministério Público do Estado do Pará;
- Ordem dos Advogados do Brasil, seccional PA;
- Instituto de Defesa da Cidadania – IDC;
- Procon/PA.

Justificativa

O Pará vive uma das maiores incoerências em termos de energia elétrica que se tem notícia no Brasil. Enquanto o Estado é responsável pela geração de quase 10% de energia hidrelétrica produzida no país, que abastece não apenas a região Norte, mas também exporta energia por meio da integração ao Sistema Interligado Nacional – SIN, sua população paga uma das tarifas mais caras de energia elétrica em todo o Brasil.

Para a indústria, por exemplo, enquanto o Estado do Pará paga R\$ 572,20 por MW/h, a média do país é R\$ 498,28 MW/h (fonte: FIRJAN). A indústria do Estado do Amazonas, que tem características semelhantes ao Pará, paga apenas R\$ 383,83 MW/h. Ou seja, o complexo industrial do Estado do Pará paga 37,8% a mais que a média do país e 49% a mais que a indústria do Amazonas, Estado vizinho. O preço da tarifa ao consumidor final também é significativamente mais elevado que a média nacional de estados vizinhos.

Agravando a situação histórica de possuir uma das tarifas mais elevadas do país, o reajuste médio nas tarifas de energia elétrica do Pará, em um período inferior a um ano, ultrapassa os 40%, sendo que no mesmo período, a inflação registrada foi inferior a 5% - estudo do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Tucuruí, que é a maior hidrelétrica 100% brasileira em operação, tem capacidade instalada de 8.370 MW, o que representa 6,25% da capacidade instalada do país e 9,8% da capacidade instalada de energia hidráulica. No entanto, o Estado do Pará consome apenas 25% da energia gerada pela usina, exportando cerca de 6.200 MW para outros estados. Apesar de exportar essa energia, o Pará não recebe por ela, pois o ICMS é pago no local do consumo e não onde a energia foi gerada.

É importante que seja realizado um amplo debate sobre alternativas para reduzir as tarifas de energia no Pará, assim como vislumbrar possibilidades de compensações que minimizem a distorção atual. Nesse sentido, conto com o apoio dos nobres pares nessa Comissão para aprovar este requerimento.

Sala das Reuniões, 18 de março de 2015.

Dep. Arnaldo Jordy
PPS – PA